



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

"Prestação de Serviço de Transporte Público de Passageiros de Substituição da Metropolitano Ligeiro de Mirandela – Lote 2"

(Ref. a Proc. o CP05MLM2023)

Entre:

"MLM – METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.", sociedade anónima, pessoa coletiva n.º 503 518 794, com sede na Rua D. Afonso III – Estação da CP, 5370-408 Mirandela, neste ato representada pelo senhor presidente do conselho de administração Vítor Manuel Correia, e pelo senhor vogal do conselho de administração Luís António Nogueira Vinhais, ambos com domicílio necessário na sede da sociedade, adiante designados por *Primeiros Outorgantes*;

E,

"TÁXIS AUTO TUELA, LIMITADA", sociedade por quotas, com sede na Rua da Escola, n.º 58, Eivados, Suçães, 5370-641 Mirandela, com o capital social de matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Mirandela, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 505 110 563, conforme certidão permanente válida até 21 de abril de 2024, neste ato representada pelo senhor Viriato Augusto Madureira, titular de cartão de cidadão válido até 25 de janeiro de 2028, com domicílio profissional na sede da sociedade e que outorga na qualidade de seu representante, adiante designado por Segundo Outorgante;

Os referidos outorgantes **celebram**, entre si, o presente contrato de aquisição de serviços em título, cuja *minuta* foi aprovada por *deliberação de 09 de novembro de 2023*, nos termos do *art.º 98.º, do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP)*, aprovado em anexo ao *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro*, na sua redação atual, o qual foi precedido de **concurso público**, nos termos da *alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP*, em cumprimento da *deliberação* de *26 de setembro de 2023*, tendo sido objeto de *Parecer Prévio N.º 68/AMO/2023*,

emitido pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) em 24 de agosto de 2023, cujo Amúncio de Procedimento com o N.º 16496/2023, foi publicado no dia 04 de outubro de 2023, na II Série do Diário da República, N.º 193, Parte L, e adjudicada por deliberação de 09 de novembro de 2023, regendo-se pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA: Fazem parte integrante deste contrato os documentos descritos no n.º 2, do art.º 96.º, do CCP, cuja subdivisão por alíneas, por força do disposto no n.º 5, dos mesmos artigo e diploma legal, determina a ordem de prevalência em caso de divergência entre documentos.

SEGUNDA: a) – O presente contrato tem por *objeto principal* a 'Prestação de Serviço de Transporte Público de Passageiros de Substituição da Metropolitano Ligeiro de Mirandela', em conformidade com as **Especificações Técnicas** – **Lote 2** (Mirandela – Foz do Tua), e respetivos **Anexos** constantes do Caderno de Encargos (doravante designado por CE), de acordo com os $n.^{os}$ 1 e 2 da Cláusula 1.ª do CE:

- Anexos referentes ao Lote 2 (entre Mirandela e a Foz do Tua, em que a tipologia do veículo a utilizar deverá ser pelo menos de 7 lugares):
 - 'Anexo A2' Rede Itinerário Principal do Percurso, Localização das Paragens
 Principais e Localização das Paragens Mediante Marcação;
 - 'Anexo B2' Horários Horários do Itinerário Principal e das Paragens;
 - 'Anexo C2' Tarifário Valores da Bilhética;
 - 'Anexo D2' Listagem com Paragens Desvios e Paragens Fora do Itinerário
 Principal;
 - 'Anexo E2' e 'Anexo F2' Monitorização;
- b) Constituem *obrigações principais do adjudicatário* as descritas na *Cláusula 5.ª do CE*;
- c) A *verificação dos serviços*, nomeadamente quanto à sua operacionalidade e conformidade com as exigências legais, reger-se-á pelo disposto nas *Cláusulas 6.ª e 7.ª do CE*;
- d) O adjudicatário é o único responsável por qualquer processo contraordenacional, criminal





DE MIRANDELA

ou danos causados a terceiros e à entidade adjudicante, que resultem do incumprimento das normas legais vigentes, designadamente do código da estrada e demais legislação aplicável, durante a execução do contrato, incluindo o pagamento das inerentes coimas, conforme estipulam as *Cláusulas 8.ª e 9.ª do CE*;

TERCEIRA: a) – O *prazo de vigência* do presente contrato tem *início a 30 de novembro de 2023*, e manter-se-á em vigor pelo período de *12 (doze) meses*, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, de acordo com o *n.º 1 da Cláusula 3.ª do CE*;

- b) O prazo referido na alínea anterior poderá sofrer alterações, mas munca poderá ser ultrapassado o preço contratual, nos termos do n.º 2 da Cláusula 3.º do CE;
- c) O contrato poderá terminar os seus efeitos antes do prazo estabelecido na presente cláusula, caso seja atingido o preço contratual, conforme preconizado no n.º 3 da Cláusula 3.ª do CE;
- d) Caso o *Projeto de Mobilidade do Vale do Tua* entre em vigor durante o período de vigência do presente contrato, este extinguir-se-á 01 (um) mês após a comunicação, por escrito, ao prestador de serviços, não decorrendo daí qualquer compensação quer para o adjudicatário quer para a entidade adjudicante, nos termos do n.º 4 da Cláusula 1.ª do CE.
- QUARTA: a) O preço contratual total a pagar pelos serviços objeto deste contrato é de €26.645,00 (vinte e seis mil e seiscentos e quarenta e cinco euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor;
- b) O *preço máximo diário* que o *Metropolitano Ligeiro de Mirandela* se propõe pagar ao adjudicatário pela realização do serviço referente ao *Lote 2* é de €73,00 (setenta e três euros), mais *IVA*, à taxa legal em vigor, de harmonia com o n.º 2 da Cláusula 4.ª do CE e com a proposta do prestador de serviços;
- c) O preço a pagar ao adjudicatário, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, e não está sujeito às regras da revisão de preços, conforme previsto no n.º 2 da Cláusula 11.ª e na Cláusula 17.ª, ambas do CE;

- c) Os *pagamentos* serão efetuados em *frações mensais* e no prazo de 30 (*trinta*) dias contados a partir do dia seguinte ao da receção da(s) respetiva(s) fatura(s) pelo *Metropolitano Ligeiro de Mirandela*, a(s) qual(ais) só poderá(ão) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva, conforme estabelece o *n.º 3 da Cláusula 11.ª* e o *n.º 1 da Cláusula 12.ª*, ambas do *CE*, e nos termos do *art.º 299.º e n.º 1 do art.º 471.º* do *CCP*;
- d) A despesa inerente a este contrato fica registada na conta com o N.º 62681, de acordo com a informação do Revisor Oficial de Contas (ROC), conforme consta do Ponto 13 da Decisão de Contratar.
- QUINTA: a) Em caso de *incumprimento de obrigações* emergentes do presente contrato por parte do adjudicatário, a *Metropolitano Ligeiro de Mirandela* pode exigir ao adjudicatjário o pagamento de uma *pena pecuniária* ou proceder à *resolução do contrato*, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nas *Cláusulas 14.ª e 18.ª*, ambas do *CE*;
- b) Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de *força maior*, de acordo com a *Cláusula 16.ª do CE*.
- SEXTA: Foro competente os litígios emergentes da interpretação, validade ou execução do contrato, que não sejam dirimidos por meios graciosos são regulados pela legislação portuguesa e submetidos ao *Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela*, com expressa renúncia a qualquer outro, nos termos da *Cláusula 20.ª do CE*.

SÉTIMA: a) – O cocontratante não poderá ceder a sua *posição contratual* nem poderá proceder à *subcontratação* na fase de execução sem a autorização do contraente público, nos termos do *art.º 319.º do CCP* e conforme preconizado na *Cláusula 21.ª do CE*;

b) – Para efeitos da autorização do contraente público observar-se-ão, no momento da *cessão ou subcontratação*, os limites e requisitos previstos nos *artigos 317.º, 318.º e 318.º-A, do CCP*.

OITAVA: Por deliberação de 26 de setembro de 2023, foi designado como gestor do contrato o

em cumprimento do

estipulado no n.º 1, do art.º 290.º-A, do CCP.

NONA: Aos casos omissos no contrato e documentos que o integram, aplicar-se-ão os preceitos contidos no *CCP*.

Pelo adjudicatário foram apresentados, em cumprimento do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP;
- b) Certificados dos registos criminais emitidos nos termos e para efeitos da alínea h), do art.º 55.º, do CCP, com as seguintes identificações e datas limite do código de acesso:
- "Táxis Auto Tuela, L.da" vigente até 26 de dezembro de 2023;
- Viriato Augusto Madureira vigente até 26 de dezembro de 2023;
- c) Declaração de situação contributiva regularizada perante a segurança social, emitida pelo Centro Distrital de Bragança em 15 de novembro de 2023 (válida por quatro meses);
- d) Certidão de situação tributária regularizada, emitida pelo Serviço de Finanças de Mirandela em 15 de novembro de 2023 (válida por três meses);

E para constar foi lavrado o presente contrato, num único exemplar, o qual vai ser *assinado* pelos outorgantes através de assinatura eletrónica qualificada e/ou manuscrita, nos termos do n.º 2, do art.º 5.º-A, do DL 12/2021, de 09 de fevereiro, na sua redação atual.

Mirandela, aos 21 de novembro de 2023.

Os Primeiros Outorgantes:

(Vitor Manuel Correia)
Assinado por: VÍTOR MANUEL CORREIA
Num. de Identificação:
Data: 2023.11.21 15:22:25+00'00'



(Luís António Nogueira Vinhais)

Assinado por: **Luís António Nogueira Vinhais** Num. de Identificação: Data: 2023.11.23 10:49:15+00'00'



O Segundo Outorgante:

(Viriato Augusto Madureira)